

Nº 9

Textos para Discussão

**A ESQUERDA E O DESENVOLVIMENTISMO:
NOTAS SOBRE O PENSAMENTO DE JOSÉ LUÍS FIORI**

Eduardo Barros Mariutti

Julho, 2012

A ESQUERDA E O DESENVOLVIMENTISMO: NOTAS SOBRE O PENSAMENTO DE JOSÉ LUÍS FIORI

Eduardo Barros Mariutti¹

Depois de algumas décadas, as preocupações em torno do desenvolvimentismo voltaram a ganhar proeminência. O número e a variedade de desenvolvimentistas autodeclarados é cada vez maior e tudo indica que não irá parar de crescer. Mas isto não deveria surpreender ninguém. Nos anos 60 e 70, todos eram, em algum grau, marxistas. E, tal como os desenvolvimentistas atuais, gastaram um tempo considerável para criar um sistema de classificação cada vez mais complexo, na esperança de mostrar como o seu grupo era o único genuinamente marxista. O vento mudou de direção e, repentinamente, os marxistas começaram a desaparecer. Boa parte se converteu ao neoliberalismo e a esmagadora maioria, de forma mais comedida, se transubstanciou em social democratas. Assim, com a crise de 2008, não deveria causar espanto o surgimento de um novo movimento de manada: todos se tornaram, desde então, ao seu próprio estilo, desenvolvimentistas. Contra esse cenário aparentemente monocórdico, recentemente, José Luis Fiori publicou dois artigos no *Jornal Valor* que, ao menos aparentemente, almejam aquilatar o debate em torno dos desenvolvimentismos.

O primeiro artigo (“O desenvolvimentismo de esquerda” (29/02/2012)) desemboca em uma crítica à “Escola de Campinas” que, embora pouco fundamentada (Fiori não aponta nenhum argumento substancial ou evidência), curiosamente, hiperdimensiona o seu papel no debate público nacional: ao se converter em uma instituição dotada de uma “ideologia tecnocrática”, esta Escola deixou de atuar como a bússola que supostamente orientava a esquerda e, desse modo, a condenou a navegar sem rumo. Será que – mesmo nos tempos áureos – a “Escola de Campinas” teve um papel tão central para o pensamento da esquerda, quanto afirma Fiori? Pouco provável. De qualquer modo, essa linha de argumentação exigiria um esforço prévio: definir exatamente o que caracteriza tal Escola ou, pelo menos, os seus contornos mais gerais. Sem isto, por não ter fundamentos sólidos, o artigo paira no ar, e só pode ser considerado como uma provocação gratuita.

¹ Professor do Instituto de Economia da Unicamp, pesquisador da Rede Desenvolventista e Bolsista do PNPd do Ipea. Agradeço imensamente aos comentários de Thiago Fernandes Franco, Fábio Padua dos Santos e Roberto de Resende Simiqueli, alunos do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do IE.

O artigo subsequente (“Desenvolvimentismo e Dependência” (29/03/2012)) é de qualidade superior. Seu principal mérito reside em reabilitar as bases da crítica ao “desenvolvimentismo de esquerda” derivada da vertente mais radical da teoria da dependência, encabeçada, a seu ver, por Paul Baran e Gunder Frank. Dois aspectos desta crítica são especialmente relevantes: i) a burguesia industrial não possui um interesse homogêneo, que contenha em si a possibilidade do pleno desenvolvimento das forças produtivas; ii) por decorrência, financiar a centralização de capitais desta mesma burguesia não irá convertê-la em um “condottiero” desenvolvimentista. Essas duas ideias são fundamentalmente corretas. Boa parte da esquerda, de fato, rendeu-se a um dos principais mitos criados pela classe que alegam se opor: para este setor da esquerda existe uma facção “heróica” da burguesia que, infelizmente, em alguns momentos da história (1890-1914; 1929-33; 1989-2008(?)) tende a ser sobrepujada pelo maligno interesse financeiro. Mas, pela ganância, este setor anômalo da burguesia tende a gerar reações sociais que, invariavelmente, recriam os mecanismos de regulação sobre a finança, recolocando desse modo a sociedade na direção correta. Em suma: estaríamos todos condenados a um trabalho de Sísifo.

Denunciar a artificialidade desta fábula é o primeiro passo para tentar dar algum sentido genuinamente progressista à discussão sobre o desenvolvimento. Nisto, o alegado artigo acerta em cheio. Além disto, as indagações de Fiori gravitam em torno de uma questão prática fundamental: como traduzir a teoria da dependência para a atual conjuntura da economia-mundo sem recair em “fórmulas escolásticas”? Ou, em termos mais gerais, como reintroduzir, mesmo que minimamente, alguma dimensão utópica na prática política da esquerda? Perguntas extremamente relevantes que, de fato, precisam ser formuladas e, principalmente, discutidas. Nada mais natural do que começar a tarefa examinando as possibilidades sugeridas na vasta e ramificada obra do próprio Fiori. Há alguma saída coerente no intrincado labirinto teórico – imagem sugerida recentemente por Ricardo Carneiro – por ele construído? E, mais importante: se existir, ela é suficiente para atuar como uma bússola, reorientando a prática política da esquerda?

O pensamento de José Luis Fiori: características principais

Antes de mais nada, é necessário destacar a importância de seu pensamento. Um dos grandes méritos de José Luis Fiori foi, em suas publicações mais recentes, a inclusão da geopolítica como um tema relevante na discussão entre os raríssimos economistas brasileiros mais críticos que, em conjunto com as reflexões de Maria da Conceição Tavares, desembocou em um fértil e intenso debate contra a investida neoliberal que, no plano formal, se articulava em

torno do “conceito” de globalização². Esse debate não só lançou luz sobre os entrelaçamentos entre o poder da finança e o poder político – na linha de reflexões como a de Susan Strange e Eric Helleiner – como, simultaneamente, reanimou a discussão sobre o grau e o sentido das determinações entre o “interno” e o “externo”, um tema crucial para se discutir o grau de autonomia (ou heteronomia) das políticas nacionais e, sobretudo, o seu vínculo com a política internacional. Simplesmente atentar, de forma contundente e fundamentada, para a necessidade de (re)formular as questões nestes termos representou um avanço significativo.

Além disso, existem outros aspectos importantes na obra de Fiori que devem ser ressaltados. O primeiro é a presença dos clássicos da sociologia e do pensamento político. O segundo, seu diálogo constante com grandes historiadores e, sobretudo, a sua abertura à História. Uma tarefa difícil e louvável, principalmente se levarmos em conta a tendência à acomodação em ramos cada vez mais especializados que domina a Academia. Mas, no plano formal, este diálogo envolve algumas tensões que, por vezes, colocam na penumbra os eixos básicos do seu argumento, principalmente no que diz respeito às suas implicações políticas. E este é um aspecto que precisamos analisar cuidadosamente.

Procurando avançar neste ponto, dado que nas mais variadas ocasiões o leitor de Fiori sempre encontrará referências à Fernand Braudel, para começar nossa discussão, nos parece legítimo levantar duas questões: i) qual é, exatamente, o peso de Braudel em seu pensamento? ii) Essa matriz – se realmente efetiva – pode dar alguma direção para a ação política da esquerda?. A problemática de Braudel é, tanto nos propósitos quanto nos seus fundamentos, essencialmente diversa do terreno onde Fiori busca construir suas reflexões. Como se sabe, Braudel sempre defendeu o diálogo entre a História e as Ciências Sociais. Mas, sob sua pena, a interlocução foi muito mais intensa com a Sociologia e a Economia. A primeira vista, isto poderia ter sido o motivo que despertou o interesse de Fiori. Mas, para qualquer juízo, é fundamental colocar as ideias em seu contexto. A grande discussão intelectual na França da década de 1940 e 50 partia das reinterpretações do legado de Durkheim referentes a um tópico fundamental: a possibilidade de construção de uma ciência social objetiva, isto é, que tenha como centro não os caprichos dos indivíduos e grupos na restrita área da ação social aberta às suas escolhas conscientes – a superfície dos eventos – mas, essencialmente, que fosse capaz de destacar as determinações sociais inconscientes que constroem – e, portanto, delimitam negativamente – a

² O marco inicial desta discussão foi a publicação de Poder e Dinheiro: uma Economia Política da Globalização em 1997. Deste se seguiram outros livros importantes e, em praticamente todos, participaram professores de destaque da “Escola de Campinas”. Naquele momento, Fiori não tinha – ou não explicitou – a visão que agora tem do Instituto de Economia da Unicamp. Talvez esta postura se explique principalmente pela situação adversa ao pensamento crítico naquela ocasião.

ação social em suas várias dimensões³. Somente este tipo de conhecimento poderia, genuinamente, constituir uma ciência social digna desse nome.

Tal mobilização se dava por oposição aos saberes ditos “tradicionais”, isto é, um conjunto de disciplinas isoladas, com dialetos próprios e, portanto, incomunicáveis. O único ponto em comum no diagnóstico: todas as ciências construídas no século XIX encontravam-se irremediavelmente atadas à superfície dos acontecimentos, moldadas em torno da subjetividade dos “grandes atores” e, portanto, ancoradas na curta duração. Havia um consenso aparente: tal tarefa exigiria a transposição do problema para o plano da totalidade, mediante a superação das disciplinas unitárias fundeadas em seus objetos e que, por serem dotadas de uma linguagem particular e incomensurável, eram incapazes de ultrapassar o nível dos acontecimentos. Enfim: tratava-se de demolir a ideia de que os padrões sociais eram fruto das escolhas aleatórias dos indivíduos, em prol de uma visão radicalmente distinta, que tende a explicar as instituições sociais como emanções de uma dimensão coletiva e – reiteramos – inconsciente que não somente ultrapassa mas, sobretudo, determina os indivíduos.

Quem tomou a dianteira nesta discussão foi Claude Lévi-Strauss. No final da década de 1940, em um famoso artigo (“História e Etnologia”), retomado posteriormente em *Antropologia Estrutural* (1958), o emergente antropólogo propôs a criação de um espaço interdisciplinar de pesquisa, fundado em uma análise sincrônica, apta a captar invariantes ocultas pela superfície dos acontecimentos. Para Lévi-Strauss, era a Etnologia – irmanada com a Linguística (que, ao se desenvolver enquanto ciência, passou a reivindicar um papel cada vez mais central) – que deveria conduzir a discussão. Caberia à História apenas organizar os dados e os acontecimentos referentes às expressões conscientes da vida social, isto é, operar na superfície. Assim, enquanto a Etnologia e a Linguística operariam no plano dos determinantes estruturais, caberia à História necessariamente, o papel de operar na superfície.

O prestígio de Braudel começou quando, já na passagem da década de 1940 para os anos 50, ele comandou uma reação dos historiadores, baseada em dois procedimentos básicos: i) a reivindicação da precedência: a crítica à “história acontecimental” mediante uma análise interdisciplinar baseada nas determinações sociais inconscientes está no centro da obra de Marc Bloch e Lucien Febvre e, principalmente, da escola dos *Annales*, fundada em 1929. ii) a problematização da própria ideia de estrutura como uma invariância que, ao menos

³ Esse aspecto é ambíguo, na medida em que pode ser utilizado tanto pelo pensamento conservador como pela esquerda revolucionária. A tradição conservadora ressalta o seu imobilismo: os limites da razão, do papel do indivíduo e, principalmente, do voluntarismo. A tradição emancipatória, por sua vez, usa este mesmo diagnóstico como mote para fundamentar o movimento de superação: somente com a crítica incessante e autorreflexiva dos fundamentos da realidade social em todos os seus níveis, podemos ultrapassar estas determinações e, desse modo, ampliar o leque de opções à ação política emancipatória.

supostamente, fundamentava o pensamento de Lévi-Strauss. Foi contra esta ideia – cada vez mais formalizada pela linguística – que Braudel buscou refúgio na Sociologia e na Economia⁴. Disciplinas que possuem um grau relativamente elevado de formalização, predominantemente sincrônicas mas que, a princípio, podiam ser subordinadas à ideia de estrutura como longa duração, isto é, o nível da realidade onde dominam os elementos inconscientes da vida social, mas que não são imóveis, pois variam no tempo extremamente lento das civilizações.

As implicações políticas desta visão são evidentes: para Braudel o tempo curto das gerações não é capaz de produzir nenhuma mudança fundamental. As ditas “revoluções” só arranham a superfície: por mais espetaculares que possam parecer, toda a poeira que elas levantam acaba por se assentar mais ou menos no mesmo lugar. E, na exata medida em que a sociedade francesa ficava mais propensa a movimentos radicais, esse viés conservador foi se acentuando, principalmente depois da ascendência intelectual de Jean Paul Sartre, com um programa de pesquisa orientado pela “subjetividade” e centrado na ação política imediata, calcada na articulação com os movimentos sociais mais combativos. Reivindicar alguma filiação a um pensamento tão conservador como este ficaria estranho para quem critica a esquerda por um excesso de acomodação. Logo, levando tudo isso em conta, não é difícil concluir que o papel efetivo de Braudel no pensamento de Fiori é meramente cosmético: surge apenas para dar um verniz de erudição pois ambos pertencem a universos conceituais diversos e incompatíveis. Da complexa problemática subjacente ao pensamento do notável historiador francês, quando lhe convém, Fiori retira apenas passagens esparsas, presentes sobretudo em *Civilização Material, Economia e Capitalismo* sobre a cumplicidade entre o Capital e o Estado típica do “capitalismo”. Esta rota do labirinto leva a um impasse: ou permanecemos na via aberta por Braudel e, desse modo, descartamos a reflexão de Fiori (bem como o debate sobre o desenvolvimento) ou retornamos ao seu labirinto, para explorar outras possíveis saídas.

Fiori não desconhece que a raiz do vínculo fundamental entre o Estado (ou, mais precisamente, dos Estados enredados em um sistema interestatal) e o Capital está explícito em Max Weber. Inclusive, este é outro autor o qual, em doses crescentemente homeopáticas, Fiori costuma reverenciar. E isso nos permite percorrer outra rota: em grande medida, a teoria da dependência que ele quer resgatar parte exatamente da introdução da dinâmica do sistema interestatal na análise da economia mundial. De forma mais precisa: em sua vertente radical, o

⁴ E seu apreço pela Economia era muito seletivo: jamais levou a sério os modelos e a própria ideia de econometria enquanto matriz para o conhecimento científico. Seu interesse era sobre a discussão em torno dos ciclos econômicos, especialmente os de longa duração, um tema que causa arrepio entre economistas. Mas, exatamente em que ponto os ciclos econômicos lhe interessam? Assim como o movimento da demografia – outro fetiche braudeliano – os movimentos seculares dos preços e das formas de produção (as combinações entre a pecuária e a agricultura, a trama complexa e variável das formas artesanais de produção, os movimentos da “indústria”, etc.) permitem ao historiador captar as lentas variações na estrutura que configuram “o tempo do mundo”.

que deu vitalidade à teoria da dependência foi a integração entre a rivalidade política e outros dois temas: a concorrência dos capitais e a tensão entre o capital e o trabalho. Mais uma vez, Fiori é bastante seletivo. Paul Baran e Gunder Frank representam apenas uma das variantes da vertente radical da teoria da dependência. Outra, que ainda permanece fundamentalmente combativa, é encabeçada por Immanuel Wallerstein⁵. A obra deste autor gravita em torno da reconstituição das várias formas de fusão entre o poder político e o capital, as quais sempre se expressaram nos movimentos de expansão e contração da economia-mundo capitalista, pontilhadas por grandes conflitos geopolíticos e profundas metamorfoses nas diversas configurações das forças sociais. Embora Fiori não o mencione em “Desenvolvimentismo e Dependência”, Wallerstein é um dos autores com quem ele dialoga e tenta se contrapor. Após a crise dos paradigmas, com a emergência da *New Science* e a suposta popularização da teoria do caos nas ciências da natureza, de forma um tanto oportunista, Wallerstein traduziu sua problemática para esta linguagem, recorrendo à ideia de que vivemos em uma época de transição: a possibilidade de expansão – ao estilo da Rosa Luxemburgo: agregação de zonas não ou parcialmente capitalistas – está diminuindo, o que eleva o grau de entropia. Cada vez mais energia é gasta para tentar manter a ordem atual, com menos sucesso. Logo, essencialmente, Wallerstein argumenta que se não ocorrer uma revolução comandada pela razão substantiva, fundada no igualitarismo e na democracia radical, o sistema-mundo moderno está fadado a se desintegrar⁶.

Fiori sempre se aproximou cautelosamente dessa vertente. Mas há um grande fator de repulsão, que inicialmente implícito, foi se tornando cada vez mais evidente ao longo dos anos: na verdade, a despeito de suas tergiversações, ele jamais trabalhou efetivamente com uma síntese entre o poder político e o poder do capital. Sua concepção é, pelo menos em última instância, essencialmente centrada na dinâmica do Estado e em uma suposta precedência lógica do poder, que resguarda ao capital apenas uma “autonomia relativa”. Todo movimento em seu esquema analítico sempre resulta em um mecanismo tautológico em torno do poder: misturando trechos de Maquiavel com *insights* de Hannah Arendt, Fiori costuma decantar a tese de que,

⁵ Há mais casos. Em “Desenvolvimentismo e Dependência” Fiori reconhece o papel positivo de FHC e Faleto, mas simplesmente ignora um autor fundamental – cada vez mais incontornável – no debate sobre o desenvolvimento: Ruy Mauro Marini. Será ele parte de uma esquerda “irresponsável”, que deve ser solenemente ignorada? As inconsistências usualmente apontadas – todas com algum grau de razão – são insuficientes para bani-lo do debate sobre o (sub)desenvolvimento. Tais críticas, feitas geralmente no atacado (incluindo geralmente Gunder Frank e por vezes Wallerstein no mesmo pacote), incidem sempre nos mesmos pontos: a combinação entre traços de “subconsumismo” com uma visão centrada nas determinações exógenas (do “sistema” para as subunidades) impede a percepção do movimento próprio da política nacional. “Críticas” genéricas, que deformam as nuances do autor. Para uma visão crítica que incorpora para tentar superar, ver Fontes, Virgínia. *O Brasil e o Capital Imperialismo*. Rio de Janeiro: EPSJV & UFRJ, 2010. p. 351-359.

⁶ Tirando as estabanas incursões no terreno da teoria do caos, em termos gerais, Immanuel Wallerstein está coberto de razão. E, inclusive, ele sempre esteve empenhado em reintroduzir a dimensão utópica na prática política. Sobre isto, ver *Utopistics: or historical choices of the Twenty-First Century*. New York: New Press, 1998.

como a conquista funda e ao mesmo tempo institucionaliza a luta recorrente em torno do poder – não há relação social anterior ao poder – isto gera um ciclo de retroalimentação constante, que ao estimular novas formas de financiamento para as guerras – pela multiplicação dos tributos e da dívida pública, que gera a tensão entre as economias nacionais e economia internacional – abriu caminho para o contágio da lógica interminável da acumulação política sobre os circuitos do capital⁷.

Nesse sentido, suas verdadeiras referências contemporâneas se encontram na ciência política retrospectiva de Charles Tilly e, em menor medida, em uma leitura seletiva de William McNeill (centrada fundamentalmente em *The Pursuit of Power*). Outra fonte, inicialmente menos explícita, mas cada vez mais nítida é a absorção arbitrária de traços da reflexão de Norbert Elias contidas em *O Processo Civilizador*: na realidade, ele se baseia em trechos do capítulo sobre a sociogênese do Estado, apropriado de forma muito idiossincrática: como se a formação da sociedade cortesã na Europa fosse um produto da centralização do poder em torno do Rei. Lendo o livro todo fica claro que Elias quer retratar um (misterioso) processo civilizatório que tende sistematicamente a deslocar a violência para os bastidores da vida social, que resulta no homem civilizado (ou, se preferirem, domesticado): isto é, um indivíduo que internaliza crescentemente as coações sociais típicas da sociedade moderna. Logo, o elemento central não é o monopólio legítimo do uso da força, mas uma nova forma de sociabilidade, que envolve a crescente sublimação dos impulsos. Como no caso de Braudel, a fórceps, Fiori retira elementos de autores que se movem em universos conceituais distintos, mais para encobrir do que para revelar as implicações políticas do seu pensamento.

A centralidade do Estado fica ainda mais explícita quando ele tenta combater a tese da entropia subjacente à versão apocalíptica do pensamento de Wallerstein. Contra a “teoria do caos”, ele propõe outra metáfora, também proveniente das *Hard Sciences*: o universo em expansão. O fio condutor da explicação é, por excelência, político: seu eixo básico são as metamorfoses do “sistema interestatal capitalista”, provocadas por um excesso de “pressão competitiva” por parte das grandes unidades políticas (um raciocínio similar à ideia de Arrighi da tendência à elevação da densidade dinâmica⁸) que leva a grandes crises e a Guerras generalizadas. Cada um desses momentos críticos detona uma “explosão” que alarga as fronteiras

⁷ Essas ideias aparecem com clareza em “O Sistema Interestatal Capitalista no Início do Século XXI” in: Fiori, J.L.; Medeiros, C.; Serrano, F. *O Mito do Colapso do Poder Americano*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2008 e também em “A Nova Geopolítica das Nações e o lugar da Rússia, China, Índia Brasil e África do Sul”. *Oikos*, v. 6, n. 2, 2007. Neste caso, por “nova” geopolítica devemos entender contemporânea: lendo o texto, vemos que, a despeito do rearranjo das forças, nada mudou de essencial na geopolítica.

⁸ É necessário uma ressalva: Arrighi tenta vincular simultaneamente a concentração política (a luta pela Hegemonia no centro), a concentração econômica (os grandes acumuladores, que aumentam o seu capital e sua escala de operação) e o surgimento de novos atores (um subproduto da expansão e de modificação dos padrões de concorrência política e econômica). A proximidade com alguns tópicos do Arrighi de *O longo século XX* é evidente. Contudo, a discussão empreendida por este é mais precisa: ele discute ciclos sistêmicos de acumulação e o modo como eles se relacionam com as transformações nas hierarquias de poder no sistema interestatal.

do “universo”. Logo, não há entropia, mas diversos e sucessivos big bangs, verdadeiros surtos conflitivos que alargam e aprimoram o sistema. Em suma: não se trata de caos sistêmicos sucessivos, como quer Arrighi, mas sim de focos de “destruição criativa”⁹ que recriam o capitalismo em escala ampliada. O primeiro, que ocorreu no “grande século XIII” (1150-1350)¹⁰, formou o sistema atual. A eles se seguiram mais dois e o estopim da quarta explosão ocorreu na década de 1970. Curiosamente, Wallerstein situa nesta mesma década o início de uma crise fundamental do capitalismo, que aponta para apenas dois grandes feixes de possibilidades: de um lado, pela linha de menor resistência, a preservação de sistemas sociais baseados na desigualdade e violência. De outro, uma transformação radical da sociedade, orientada em torno da justiça social e do Igualitarismo. Não é o que pensa Fiori: o capitalismo não possui limites. A corrida imperialista iniciada em 1970 desaguará em uma nova ordem internacional. Partindo de outra problemática só nos resta, portanto, no âmbito da geopolítica, lutar – ou rezar – por um lugar melhor ao Sol, sobrepujando nossos “rivais” imediatos.

Perspectivas emancipatórias

Deslocar o centro de gravidade da discussão para uma visão centrada na autonomização do Estado não resolve o problema. Essa empreitada só pode ser considerada um avanço se, dentro da polêmica contemporânea, focarmos em uma corrente que se auto-intitula “novo-desenvolvimentista” e que, através de um linguajar técnico, propõe a elevação da eficácia dos “empreendedores” brasileiros achatando salários, prometendo que este sacrifício – a queda dos salários reais – será provisório, já que depois (quando?) o PIB e os salários irão crescer mais rápido. De novo o sofisma de que, antes de repartir os pedaços, é necessário esperar o bolo crescer. Enquanto as preocupações estiverem centradas na busca da relação “correta” entre a taxa de câmbio e do coeficiente de importações pouco poderemos avançar nos problemas que

⁹ Aqui aparece outra rota no labirinto, que aponta mais uma vez para o conservadorismo. Mas há um aspecto curioso. O processo de expansão que Fiori associa ao “capitalismo” corresponde perfeitamente à concepção de imperialismo adotada por Schumpeter: a disposição sem objetivos racionais da parte de um Estado em expandir-se ilimitadamente pela força cf. *Imperialismo e Classes Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961. p. 25. Há uma diferença: ao contrário de Schumpeter, para Fiori, as políticas associadas ao imperialismo não são fruto de reminiscências “pré-capitalistas”, mas um elemento tão constitutivo do capitalismo que, na prática, se confunde com ele.

¹⁰ Este enfoque e essa periodização não coincide com a reflexão de nenhum historiador especialista no assunto. Fiori se apoia fundamentalmente em um autor, de forma descontextualizada: Peter Spuffort que em *Money and its use in Medieval Europe*. Cambridge: Cambridge U.Press, 1989 nos oferece uma interessante história “monetária” – na realidade, trata-se da articulação entre a numismática, a “competição” entre subsistemas baseados na Prata e no Ouro, as lentas mudanças na geografia do comércio de longa distância que ligava a “Europa” às demais civilizações. A tendência dominante na bibliografia especializada é marcar esse período como a grande expansão feudal, que se seguiu a um conjunto de transformações situado entre 950 e 1150, a saber: a consolidação da divisão entre a nobreza leiga (guerreira e fértil) e eclesiástica (celibatária, que tentava impor sua liderança sobre a Cristandade); a generalização das aldeias baseadas na rotação trienal de culturas e no equilíbrio entre a agricultura e a “pecuária”; os efeitos de uma lenta, porém gradual mudança na dieta, que elevou a proporção da população feminina, desencadeando desse modo o crescimento populacional e o desenvolvimento dos mercados locais, paralelamente aos mercados de longa distância. Há uma vastíssima bibliografia sobre este tema. Um bom ponto de partida: Bisson, Thomas N. “The Feudal Revolution”. *Past and Present*, n. 142, 1994.

realmente importam: a desigualdade econômica e seu vínculo com as assimetrias na política mundial. A centralidade da erradicação da desigualdade econômica não suplanta – ou pelo menos não diretamente – outras dimensões da luta política como, por exemplo, a questão das minorias e da diversidade. Embora envolva todas as arenas, a luta deve ter como eixo fundamental o igualitarismo. Como salienta Vladimir Safatle, a conversão de lutas sociais em culturais teve o seu papel emancipador, especialmente ao dar visibilidade e ampliar os direitos civis das mulheres, dos negros e homossexuais. Mas, no limite, o reforço do “multiculturalismo” acabou atuando como um freio a este mesmo movimento emancipador. A absolutização da diferença produziu um efeito negativo: acabou por consolidar ainda mais os postulados liberais mais vulgares sobre a dinâmica social, pois tendeu a tentar equacionar este problema partindo do pressuposto que as identidades estão definidas a priori¹¹ e que, portanto, o restrito espaço da tolerância deve ser construído dentro das condições sociais vigentes. Nos casos onde esta acomodação não é possível, entra em cena a mais brutal exclusão política, geralmente imposta em nome do nacionalismo ou do “choque das civilizações”.

A questão fundamental, portanto, é criar meios mais efetivos para a distribuição de renda e de oportunidades, os quais envolvem necessariamente o reforço dos espaços de deliberação pública¹² que devem dar ressonância aos anseios populares e aos movimentos sociais mais autonomistas. Em outros termos: a questão do desenvolvimento não pode passar ao largo da constituição de uma Democracia Popular. E isto exige que tratemos do segundo aspecto fundamental: a redução das assimetrias internacionais. O seu papel sempre foi o de garantir uma ordem mínima, modulada em função da distribuição de poder entre as grandes potências e nos subsistemas regionais. Isso tem pelo menos duas implicações importantes: no capitalismo, os movimentos próprios das rivalidades políticas se combinam de forma tensa (e variável) com a concorrência entre os capitais e a polarização com o trabalho, fato que altera continuamente as hierarquias de poder, produzindo focos de tensão desestabilizadores que podem desembocar em sangrentos conflitos armados. Dado que a tensa simbiose entre o Estado (ou melhor: sistema interestatal) e o Capital é um elemento constitutivo do capitalismo, o problema da “governança internacional” deve ser equacionado simultaneamente à luta pela superação do capitalismo e seus efeitos deletérios. A luta pela democracia popular, portanto, é também uma luta contra ao elitismo da Realpolitik.

¹¹ “A equação das diferenças, tão presente nas dinâmicas multiculturais, parte da seguinte questão: até onde podemos suportar uma diferença? Esta é, no entanto, uma péssima questão. Parte-se do pressuposto que vejo o outro primeiramente a partir da sua diferença à minha identidade. Como se minha identidade já estivesse definida e simplesmente se comparasse à identidade do outro. Nada mais falso. (Safatle, Vladimir. *A Esquerda que não teme dizer seu nome*. São Paulo: Três Estrelas, 2012. p. 29).

¹² E isto não custa barato: envolve a construção de um ensino de qualidade e de abrangência universal, um sistema de comunicações – a “mídia” – plural e desvinculado do interesse restrito dos grandes anunciantes e plutocratas em geral. Em suma: enquanto existirem publicitários, estaremos longe de uma Democracia efetiva.

O amálgama entre a luta emancipatória no espaço nacional e internacional sempre foi uma bandeira da esquerda emancipatória que, infelizmente, deixou de fazer parte do centro do debate desde a segunda metade do século XX. Uma estratégia pensada em termos exclusivamente “nacionais” acaba, no longo prazo, por reforçar as estruturas de dominação típicas do capitalismo, pois abre um espaço muito limitado ao desenvolvimento, se entendido como algo mais do que crescimento econômico que respinga para os menos afortunados¹³: o discurso pretensamente nacionalista busca mimetizar em menor escala a política de poder típica das grandes potências. Neste jogo, evidentemente, não há espaço para todos os países. Além disso, os projetos de longo prazo que possuem como objetivo conquistar benefícios estáveis aos estratos inferiores da sociedade – as políticas universais de garantia da cidadania animadas pelo igualitarismo – tornam-se secundários e dependentes do “sucesso” das políticas de crescimento associadas a uma política externa “pragmática”. Primeiro a consolidação da primazia regional, depois o bem estar social da maioria. O discurso produzido em torno da inevitabilidade do “equilíbrio de poder” e, para os “emergentes”, do “realismo periférico” é outra armadilha que visa aprisionar o pensamento em torno dos imperativos da razão instrumental e sua inevitável sujeição ao status quo. No caso, trata-se de substituir o instrumental técnico da ciência econômica pelo seu símile da política internacional. Logo, a crítica ao equilíbrio de poder e ao papel das grandes potências é tão necessária quanto a crítica ao mercado como alocador prioritário de recursos escassos.

Estamos atravessando um momento de transformações profundas em todas as dimensões da vida social. Nestes momentos de imprevisibilidade, por oposição ao impacto das perspectivas críticas, o pensamento conservador tende a mudar a sua feição, recorrendo à velha tática de apropriar-se de algumas bandeiras do pensamento progressista e, desse modo, transfigurá-las, mudando o que for necessário para que tudo continue do mesmo modo. A tentativa de reduzir o debate sobre o desenvolvimento a uma discussão técnica sobre as condições para o crescimento da economia nacional faz parte desta tática. Foi exatamente contra isto que a própria ideia de desenvolvimento foi criada: o desenvolvimentismo originário surgiu como uma reação ao pensamento econômico produzido nos países centrais, cujas prescrições, se seguidas, simplesmente reforçavam as hierarquias vigentes. Como procuramos mostrar, tragicamente, a retomada recente da discussão sobre o desenvolvimento não segue, necessariamente, esta tradição crítica. A ressonância da produção mais recente de Fiori – inequivocamente um herdeiro da tradição crítica – deriva, em grande medida, de seu esforço de

¹³ Crescer e reduzir a pobreza absoluta não significa reduzir a desigualdade e, muito menos, criar uma sociedade genuinamente democrática. A este respeito, ver o excelente texto de André Singer. “Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo”. *Novos Estudos*, n. 85, Nov. 2009.

tentar mudar o terreno da discussão, buscando integrar a dimensão econômica à política, partindo da ideia de que o Capitalismo envolve uma fusão contraditória entre o Capital e o Estado. É nesta linha que a discussão deve caminhar.

Entretanto, no limite, ao invés de superar o economicismo, José Luis Fiori simplesmente inverteu a determinação em favor de uma presumida autonomização do Estado. O primeiro passo foi a aproximação com a Geopolítica para, na sequência, para tentar dar uma aparência de movimento a um pensamento predominantemente estático, criou a exótica analogia com o “universo em expansão”, com um leve tempero schumpeteriano. Além de sugerir a eternização do “capitalismo” (que é entendido, basicamente como um “sistema interestatal capitalista”), a implicação política é clara: além da dotação de recursos (que podem ser ampliados pela conquista ou pelo domínio indireto (imperialismo informal)), o sucesso de um Estado depende em grande medida da qualidade (e variedade) das elites que compõe o bloco no poder¹⁴. A bonança econômica é o subproduto de um longo processo prévio de luta no plano interestatal. Desnecessário dizer que, se adaptada à realidade brasileira, esta visão fornece o complemento político do novo desenvolvimentismo (sic): uma política de poder pensada inicialmente em escala regional, em sintonia fina com o financiamento público da centralização de capitais e de internacionalização das empresas brasileiras. De novo o pesadelo do “Brasil Potência”?

¹⁴ Fiori recorre a várias ilustrações para tentar demonstrar esta tese. Uma das mais recentes: o “milagre econômico inglês” começou no século XVII, mediante a expansão do poder internacional da Grã Bretanha (pela via militar, naturalmente), fato que abriu caminho para a consolidação da Libra como moeda internacional, dando centralidade à finança britânica e à sua dívida pública no dinamismo econômico. O bloco no poder que conduziu esta transformação não foi liderado pela burguesia industrial mas, sobretudo, pelas “elites” ligadas à terra, às armas e à finança cf. “O desenvolvimentismo inglês muito antes de Keynes” *Carta Maior*, 26/04/2012. Embora ele ressalte que este caminho não possa ser repetido, formalmente, a modus operandi é similar: passa pela política de poder, conduzida pelas elites capazes de gerar uma “destruição criativa” que, por sua vez, inaugura a “explosão expansiva” que redefine as hierarquias de poder. E tudo começou com a Holanda: “Por fim, a grande lição de toda esta história é que, depois da Holanda, todos os grandes “milagres econômicos” do capitalismo, que se sustentaram no tempo, fizeram parte constitutiva do processo de ascensão das duas Grandes Potências.”. “O Milagre Econômico Holandês” *Carta Maior*, 25/05/2012.